

ATA DA 67ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

DATA: 30/07/13

HORA: 9h30

LOCAL: Centro Tecnológico de Hidráulica, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120, Cidade Universitária (USP), Butantã, São Paulo – SP

PARTICIPANTES:

André Elia Neto – UNICA

Antônio Carlos Coronato –SSRH/DAEE

Fernando Jordani Feliti – P.M Cajamar

Gilmar Mangueira da Silva – P.M São Bernardo do Campo

João Cabrera Filho – FAESP

Lurdes Maria Torres da Silva Maluf - SMA

Mariza G. Prota – SSRH/SABESP

Roberto Ferrari – P.M Itatiba

Ronaldo Sergio Vasquez - FIESP

Yara Maria Chagas de Carvalho – APTA/IEA/SAA

COORDENAÇÃO:

Antônio Carlos Coronato – DAEE/SSRH – acoronato@sp.gov.br

RELATORIA:

Fernando Jordani Feliti – P.M Cajamar – fernando.jordani.usp@gmail.com

PAUTA DA DISCUSSÃO:

1. Aprovação das atas das reuniões dos dias 25/06/13 e 16/07/13
2. Continuação acerca do estudo de fundamentação da cobrança no CBH-MP
3. Análise da Deliberação CBH-MP 149/12
4. Outros assuntos

1 Iniciou-se a reunião visando aprovar as atas das duas últimas reuniões da CTCOB
2 (25/06 e 16/07). Em relação à ata do dia 25/06, a Sra. Mariza sugeriu que fossem
3 inseridas as entidades relativas às pessoas que tiveram suas ausências justificadas
4 nas linhas 13 e 14. Na linha 15 onde se lia “Ressalta-se que os suplentes dos
5 membros (...) estavam presentes na reunião” foi alterado para “Ressalta-se que alguns
6 dos suplentes estavam presentes na reunião”. Na linha 22, a Sra. Mariza solicitou a
7 inclusão da palavra “seria” ficando a redação final do trecho como “A dúvida levantada
8 pela Sra. Mariza era se seria de fato necessário que o assunto fosse encaminhado
9 para a CTAJI”. Na linha 24, a Sra. Mariza apenas solicitou a correção de “encaminhar

10 o assunto ao CTAJI” para “encaminhar o assunto à CTAJI” e assim a ata foi aprovada
11 pelos membros da CTCOB. Referente à ata da reunião do dia 16/07, a Sra. Lurdes
12 solicitou a correção da entidade da qual faz parte, no caso SMA. A Sra. Mariza
13 também apontou que na CTCOB ela é representante da SSRH e não da SABESP. O
14 Sr. André solicitou uma complementação do que havia levantado, ficando o trecho final
15 como “O Sr. André demonstrou preocupação que não se pode pagar duas vezes pelo
16 recurso hídrico e que tal ônus poderia ser refletido nos usuários. Desta forma o
17 coeficiente x13 deve ser estipulado pelo ponto de vista do usuário-pagador”. Na linha
18 24, a Sra. Mariza sugeriu que fosse alterado o valor do coeficiente x13 do Paraíba do
19 Sul (PS) para “variável de 2,0 a 10,0” e assim a ata foi aprovada pelos membros da
20 CTCOB. Após a aprovação das atas, alguns assuntos gerais foram abordados. O Sr.
21 Gilmar questionou a respeito da convocação para outros municípios participarem da
22 CTCOB e o Sr. Coronato respondeu que não havia recebido do CRH as indicações
23 referentes a tais municípios. A Sra. Mariza sugeriu uma alteração na forma de elaborar
24 a ata na qual se colocaria os itens de maneira geral excluindo as referências nominais
25 (por exemplo, o Sr. Ronaldo levantou que). Após discussão, os membros da CTCOB
26 decidiram que a elaboração da ata deve permanecer da maneira que atualmente é
27 feita. Por fim, o Sr. Ronaldo informou sobre reunião que irá ocorrer entre o CBH-PCJ e
28 o CBH-AT a fim de discutir a transposição e que o assunto poderia ser interessante
29 para embasar a discussão do coeficiente x13. Em seguida, retomou-se a análise do
30 estudo de fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no CBH-MP a
31 partir do item IV. Os itens IV e V foram considerados como atendidos. O item VI
32 também foi atendido. Houve apenas uma pergunta do Sr, Cabrera acerca das
33 informações relativas ao setor rural, a qual foi respondida pela Sra. Mariza que
34 apontou o item 2.2.4.1 do relatório relativo ao setor primário. O Sr. Cabrera fez um
35 adendo para que fosse adotada padronização dos itens quanto à numeração relativa a
36 algarismos arábicos e romanos a fim de evitar confusões, o que foi acatado pelos
37 membros da Câmara. Em relação ao item VII, a Sra. Mariza levantou que, de acordo
38 com o estudo de fundamentação, o PDC 4, relativo às águas subterrâneas, vai receber
39 recurso advindo da cobrança, mas que não consta ação relativa a tal PDC. O Sr.
40 Ronaldo levantou que se deve apresentar uma estimativa para os valores arrecadados
41 da cobrança bem como o percentual de investimento para cada PDC em intervalos
42 que não comecem em zero. Decidiu-se, então, considerar o item como não atendido e
43 solicitar a inclusão de uma tabela com os valores de arrecadação da cobrança e
44 valores e porcentagens para cada PDC e também rever se o PDC 4 será incluído, pois
45 a tabela 7.4 não cita ações para este PDC. O item VIII foi considerado como atendido,
46 o item IX não consta, mas não é necessário e o item X também foi considerado como

47 atendido. Em relação ao item XI, o Sr. André e a Sra. Yara questionaram a escolha
48 das empresas utilizadas para a simulação dos cálculos. Decidiu-se por considerar o
49 referido item como parcialmente atendido e solicitar a inclusão de uma simulação de
50 impacto para os usuários com maiores custos da cobrança, devendo, no mínimo,
51 incluir os usuários 30 e 47. O item XII foi considerado atendido. O item XIII foi
52 considerado atendido apenas com a ressalva da Sra. Lurdes em relação à confusão
53 entre a adoção dos termos deliberação e resolução na página 54. O Sr. Cabrera fez
54 um adendo no qual questionou a inserção do valor nominal das outorgas nas
55 tabulações de dados e a não consideração da sazonalidade das atividades rurais o
56 que não retrata a realidade. O item XIV foi considerado atendido. O item XV foi
57 considerado parcialmente atendido visto que ainda falta a complementação do
58 cadastro da CETESB e a revisão necessária do plano de investimento conforme item
59 VII. O item XVI foi considerado atendido. Já o item XVII foi considerado não atendido
60 visto que ele está relacionado diretamente ao item VII. Os itens finais, XVIII e XIX,
61 foram considerados atendidos. Encerrando o assunto, a Sra. Mariza se propôs a
62 encaminhar revisões gerais via email. Em seguida, iniciou-se a análise da Deliberação
63 CBH-MP 149/12. A Sra. Mariza apresentou algumas ponderações: no caput da
64 deliberação bem como no artigo 1 deve-se incluir o termo “usos urbanos e industriais”.
65 O artigo 5 deve ser totalmente revisado devendo compatibilizar as fórmulas com
66 aquelas do estudo de fundamentação. No artigo 6 deve-se inserir para o coeficiente
67 X3 os intervalos de variação apresentados na tabela da página 61 do estudo de
68 fundamentação. E o artigo 9 deve ser revisado em sua totalidade de acordo com o
69 estudo de fundamentação. Finalizada a reunião, o Sr. Coronato agradeceu a presença
70 de todos, informou que a próxima reunião ocorrerá no dia 06/08/13 para continuar a
71 discussão sobre o coeficiente x13 e, não havendo mais nada a tratar, a reunião foi
72 encerrada.

Antonio Carlos Coronato

Coordenador da CTCOB

Fernando Jordani Feliti

Relator da CTCOB

(Aprovada em 03/09/2013)